

Amianto na hora da decisão *

Washington Novaes

Esta semana pode ser adotada em Genebra, Suíça, no âmbito de uma reunião promovida pela ONU, da Convenção de Rotterdam sobre Consentimento Fundamentado Prévio, resolução com prováveis repercussões econômicas e sociais importantes em Goiás. 100 países decidem ali se a variedade crisotila do amianto será incorporada à lista de 39 substâncias perigosas que, no comércio internacional, devem ser acompanhadas de informações sobre os ricos potenciais desses produtos para a saúde humana (embora não os proíba).

Em fevereiro último, um comitê técnico já opinara que o amianto crisotila deve ser incluído na lista – e só pôde fazer isso porque pelo menos dois países de regiões diferentes já haviam tomado a decisão de proibir ou limitar drasticamente o uso do produto. E também no início deste ano a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou resolução que pede a proibição “de qualquer tipo de amianto crisotila, atendendo às preocupações da Organização Mundial de Saúde quanto à responsabilidade desse produto em milhares de mortes no mundo por câncer do pulmão e mesotelioma”.

A lista de produtos considerados perigosos já inclui vários deles usados principalmente na agricultura (2-4-5-T, aldrin, clordano, DDT, dieldrin, fluoracetamida, heptacloro, hexaclorobenzeno, lindano, compostos de mercúrio, monocrotofos, paration, pentaclorofenol, toxafeno, entre outros), além de cinco tipos de amianto. Até aqui, entretanto, o Canadá (exportador de crisotila), com o apoio de alguns países importadores, tem conseguido bloquear a inclusão desse produto na lista, embora a OIT estime que o amianto seja responsável por 100 mil mortes anuais no mundo – “uma pessoa a cada cinco minutos”. Segundo essa organização, a produção mundial é hoje da ordem de dois milhões de toneladas. E cada 170 toneladas respondem por um caso de mesotelioma. A Ásia consome 50% da produção mundial, principalmente China, Índia, Tailândia e Indonésia.

Diz o mesmo documento que o Brasil é o quarto maior produtor, com 11% do total. E exporta 65% das 252 mil toneladas anuais que produz, principalmente para aqueles países asiáticos e para a América Latina. Quase toda essa produção concentra-se em Minaçu, Goiás, onde responde por 570 empregos diretos e 250 indiretos. Mas as cadeias de comercialização têm forte participação na economia local.

Na Câmara dos Deputados, em Brasília, há 10 anos tramita o projeto de lei 2186, dos deputados Fernando Gabeira e Eduardo Jorge (este, hoje, secretário do Verde e Meio Ambiente de São Paulo) que propõem o banimento total do uso de qualquer tipo de amianto no país. E ainda há poucas semanas portaria do Ministério da Saúde determinou que empresas produtoras e indústrias deverão informar anualmente ao SUS a lista de trabalhadores que manipulam amianto (O POPULAR, 11/09/06). Mas não há unanimidade no governo: enquanto os ministérios do Trabalho, Previdência e Saúde são a favor de cautela ou banimento, os ministérios de Minas e Energia e Ciência e Tecnologia têm uma posição diferente, entendem que não há elementos suficientes para justificar o banimento.

Na área científica, a Fundação Oswaldo Cruz diz que de 700 a 900 pessoas morrem a cada ano no país por causa de mesoteliomas provocados por exposição ao amianto. E que as estatísticas e estudos epidemiológicos são escassos porque as doenças geradas pelo produto levam de 15 a 20 anos para manifestar-se. Um estudo do pesquisador Ericson

* Publicado em O Popular de Goiânia de 12.10.2006.

Bagatin, da Unicamp, concluiu não haver evidências de problemas de saúde gerados pelo amianto crisotila. Mas foi muito criticado, por haver ocultado em depoimentos ao Congresso que 60% dos recursos para a pesquisa provinham da empresa produtora de crisotila. E que ele mesmo e outros pesquisadores associados atuavam como peritos ou árbitros em processos nos quais trabalhadores na produção do amianto pediam indenização por problemas de saúde.

Na área internacional, este ano foi divulgado também dossiê da Federação Mundial de Construtores e da Associação Internacional pelo Banimento do Amianto, alertando para os efeitos nocivos do produto, para as mortes que provoca e pedindo sua inclusão na lista de produtos perigosos da Convenção de Rotterdam. “A ausência do amianto crisotila na lista pode desmoralizar a convenção”, dizia o documento, embora reconhecesse que o comércio mundial dessa variedade está aumentando. Lembrava ainda que o produto está incluído no grupo 1 (de maior risco) da Agência Internacional para Pesquisa do Câncer.

Aquí, o presidente da Associação Brasileira de Indústrias e Distribuidoras de Produtos de Fibrocimento declarou que de 25 a 28% das empresas do setor já utilizam fibras alternativas ao amianto, como o polipropileno. Já a empresa produtora entende que a campanha contra o amianto crisotila faz parte de uma guerra de mercado, alimentada exatamente pelas empresas que fabricam produtos alternativos do amianto.

Na Europa, o amianto, proibido já em 1999 (mas a proibição só entrou em vigor mesmo em janeiro do ano passado), voltou a ser discutido no mês passado em uma conferência do Parlamento Europeu. E ali foi aprovada, na Declaração de Bruxelas, uma recomendação ao Parlamento Europeu, à Comunidade Européia e ao respectivo Conselho, para que apoiem a proibição internacional do amianto; que a proibição vigore para todas as empresas européias, no continente ou em outros países; e que essas empresas sejam proibidas de transferir para países em desenvolvimento fábricas que utilizem esse produto.

Seja qual for a decisão no âmbito da Convenção de Rotterdam, faça ou não essa questão parte de uma guerra comercial (com produtores de substitutos), é evidente que as pressões internas e externas pelo banimento do amianto são cada vez mais fortes nos 20 anos em que o tema está na pauta de debates no país. E pode resultar, em algum momento, na inviabilização desse produto. Então, convém repetir o que tem sido dito neste espaço já há muitos anos: tenha-se a opinião que se tiver sobre o tema, Goiás precisa preparar um plano alternativo para o município e a região que dependem fortemente da produção do amianto. Não faz sentido esperarmos, sentados, que se crie ali um enorme problema econômico e social.